

O USO DA CULTURA COMO SUPORTE SOCIOPOLÍTICO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA EXPERIÊNCIA NO TERRITÓRIO DO SISAL

Rosiler dos Santos Silva¹

Resumo: Através deste artigo busca-se mostrar os novos contornos que a cultura vem alcançando na contemporaneidade e como ela tem sido evocada para incidir em campos como a política, social e economia. Nessa perspectiva as comunidades remanescentes Quilombolas do Território de Identidade do Sisal tem usado elementos da sua cultura como recurso para reescritura social, geração de renda e minimizar as desigualdades imposta pelo racismo. Para isso os/as quilombolas tem adotado uma serie de estratégias, desde captação de financiamento, através dos editais disponibilizados pelo governos Federal, Estadual, Municipal e Fundações; a se organizarem em associações locais e territorial, assim como as redes políticas e de econômica solidaria. Para embasar essa discussão, foi trazido, entre outros, o teórico George Yúdice que defende a “conveniência da cultura”.

Palavras-chave: Conveniência da cultura; cultura quilombola; comunidades quilombolas.

Introdução

As discussões traçadas nesse artigo nascem das andanças da pesquisa, cujo título é *Território em disputa: um estudo sobre os desdobramentos das diretrizes curriculares para educação escolar quilombola nas escolas quilombolas no território do Sisal*, e dos debates do Grupo de Trabalho de Comunidades Quilombola e Povos Tradicionais, que faz parte do Colegiado Territorial do Sisal. A partir das vivências foi possível observar como as questões relacionados a cultura são tematizadas pelas comunidades e como tem sido refletida no cotidiano do próprio grupo e perceber o distanciamento entre o que os estudos vociferam como sendo “características” desses povos e como eles demostram que se vê.

O objetivo é mostrar como a cultura quilombola vem sendo transformada em recurso para diversos fins nas comunidades remanescente quilombolas do Território do

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB). Bolsista CAPES, pesquisadora do grupo de Formação, Experiência e Linguagens FEL. Endereço eletrônico: rosilerss@gmail.com

Sisal. Além de ser utilizada para valorização e auto afirmação quilombola, a cultura tem sido evocada para resolver questões que afetam os/as quilombolas no âmbito financeiro, social e político. Nesse sentido trago algumas especificidade da tese de George Yudice “A conveniência da cultura” para discorrer alguns caminhos ou/e estratégias que essas comunidades tem objetivamente traçado e alcançado resultados para melhorar suas condições de vida.

Esse trabalho está pensado em dois momentos: Primeiro, contextualização das comunidades quilombolas e algumas reflexões acerca da mesma. Segundo, discussão sobre as ações desenvolvidas pelas comunidades dialogando com a perspectiva da cultura enquanto recuso de George Yúdice.

Notas sobre as comunidades remanescentes quilombolas do Sisal

As 18 comunidades remanescentes quilombolas estão localizadas no Território de Identidade do Sisal² que se situa na região Sisaleira do Estado da Bahia, nordeste do estado, a pouco mais de 200 km de Salvador e abrange uma área de 21.256,50 Km², o correspondente a 3,5% do estado. São 582.331 habitantes, dos quais 333.149 vivem em áreas rurais, distribuídos em 20 municípios³. Além das 18 reconhecidas pela Fundação Palmares, existe outras que estão se organizando burocraticamente⁴ para serem certificadas. Essas comunidades tem na agricultura familiar a grande força de trabalho, caracterizando-se pela predominância de culturas de subsistência, com destaque para a mandioca, o feijão e o milho. Elas estão distribuídas da seguinte forma:

Nº	Municípios	Comunidades rurais	Número de registro - FCP
1	Cansanção	Tamanduá	01420.001374/2014-78
2	Biritinga	Vila Nova	01420.001186/2007-11
3	Con. do Coité	Maracujá	01420.004593/2014-17

² BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Portal da Cidadania. 2013. Disponível em: <[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dtlrn/clubs/territoriosrurais/do Sisalba/one-community](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dtlrn/clubs/territoriosrurais/do_Sisalba/one-community)> Acesso em: 29 nov. 2017.

³ Municípios que compõem o Território de Identidade do Sisal: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

⁴ Decreto que regulamenta os processos que vão do reconhecimento até a titulação das terras: disponivem em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> Acesso em: 29 nov.2017

4	Nordestina	Bom sucesso	01420.017100/2012-39
5	Nordestina	Caldeirão	01420.017112/2012-63
6	Nordestina	Lagoa da Fumaça	01420.017108/2012-03
7	Nordestina	Caldeirão do Sangue	01420.017103/2012-72
8	Nordestina	Negra Rural de Lagoa Salina	01420.001151/2006-07
9	Nordestina	Grota	01420.017106/2012-14
10	Nordestina	Lagoa da Cruz	01420.017102/2012-28
11	Nordestina	Lagoa dos bois	01420.017110/2012-74
12	Nordestina	Laje das cabras	01420.017109/2012-40
13	Nordestina	Palha	01420.017101/2012-83
14	Nordestina	Poças	01420.017104/2012-17
15	Nordestina	Tanque Bonito	01420.017107/2012-51
16	São Domingos	Vila África	01420.014778/2011-89
17	Lamarão	Sítio Santana	01420.012035/2014-17
18	Monte Santo	Laje do Antônio	01420.010158/2011-71

Fonte: Base de dados da Fundação Cultural Palmares

Com a implementação de recursos, através Política de Desenvolvimento de Territorial (2007), as comunidades quilombolas alcançaram avanços em alguns setores, a exemplo da cultura, que contratou assessoria para fomentar as ações e a própria política cultura no território. Entretanto, após mais de uma década da adoção do enfoque territorial, elas continuam com pobreza, exclusão social, baixo dinamismo econômico e com IDH 065. Por conta disso, os quilombolas, que já tem história de organização dos movimentos sociais e de articulação de ações visando à implantação de um processo de desenvolvimento solidário e sustentável das comunidades, tem agido de forma objetiva e utilitária na mobilização dos elementos da sua cultura se distancia dos conceitos academicista e transcendentais, muitas vezes defendida pela antropologia.

Algumas questões....

Nilma Gomes (2003, p.75) nas discussões sobre educação e relações étnico raciais tem pontuado que a cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito acadêmico. “Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos”. Nesse caso não é mais cabível que os estudos engendrem os aspectos culturais quilombolas, como se os sujeitos que vivenciam não tivessem organismos próprios ou como se esses fossem impermeáveis ao curso histórico-cultural. Um exemplo disso é como estudos continuam a apontar a convivência religiosa de forma harmônica nas comunidades, sem levar em consideração os conflitos existente. As 12 comunidades remanescentes quilombolas de Nordestina e outras tantas do território do Sisal têm problemas de intolerância religiosa,

a forte presença de igrejas neopentecostais provocam silenciamentos sobre outras religiões, a exemplo do Candomblé. Portanto, e parafraseando Stuart Hall: *que “quilombola” é esse na cultura quilombola*⁵? Qual a verossimilhança entre como os vemos da forma que realmente são? O autor questiona a leitura que fixa autenticidade nas práticas culturais, preferindo entendê-las como espaços performáticos gestados “criticamente pelas condições diaspóricas” (Hall, 2006).

“Esse mito da consistência cultural supõe que todos os negros vivem a negritude do mesmo modo” com a mesma intensidade, sem considerar as especificidades de cada populações negras (SKLIAR, 2011, p. 127). Por isso que as comunidades do território do Sisal não se sentem contempladas com as narrativas sobre cultura quilombola tomada como base as do Recôncavo da Bahia, apesar da insistência da mídia e do discurso do Estado.

A partir de 1995 com “artigo 68⁶”, as questões de cultura e origem comum emergem, passando a ser amplamente discutida pelas comunidades remanescentes quilombolas e tornando-se objeto de reflexão para o próprio grupo. Segundo Arruti (1997, p.28) a mobilização desses elementos de identidade leva a uma nova relação com o passado e num esforço de reconstrução de uma continuidade na maioria das vezes perdida, levando ao que Hobsbawm chamara de “invenção de tradição”, isto é, evocação das memórias e elementos antigos para novos fins e sentidos. Fins que permutem em estratégias para minimizar ou/e resolver questões passadas, mas que persistem no presente, como apropriação da terra e estrutura física das comunidades. O autor reconhece que a relação dialógica que se estabelece a partir das memórias herdadas com a projetado, entre passado e futuro que, no curso das interações, submete elementos de cultura, de estrutura e de memória a ressignificações e re-atuações. “A constatação das permanências, dos sincretismos e das contrastividades não serve mais como resposta, mas como ponto de partida” (p.29). Assim ele faz a seguinte constatação:

⁵ *Que “negro” é esse da cultura negra?* É a terceira parte do livro de Stuart Hall “Da diáspora: identidades e mediações cultural. Nesse capítulo Hall Começo com uma pergunta: que tipo de momento e este para se colocar a questão da cultura popular negra?”

⁶ O texto do Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias é o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo ao Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A “plasticidade identitária” formadora desses grupos permite, efetivamente, que eles “resgatem”, “recuperem”, elementos substantivos de identidade que passam a integrar seus processos de emergência, mas como “matérias-primas” que precisam ser manufaturadas pelas forças mobilizadas no seu interior, na forma de desejos coletivos (1997, p.29).

As comunidades remanescentes quilombolas são grupos que passaram a contar com um “reconhecimento oficial” de sua cultura e identidade, por parte do estado, porém continuam em conflitos fundiários, já que alcançar certificado não significa necessariamente demarcação de terras, Alves, Furtado, Pedroza (2014, 112). Atualmente, essas comunidades sofrem com a falta de infraestrutura como: escola, água, saneamento básico, estradas precárias, com desemprego, rural, genocídio etc. Os/as quilombolas têm buscado resolver ou/e amenizar essas questões se organizando em Ongs, associações, cooperativas, grupos de produção e usando os elementos que compõe sua *cultura* como “matéria prima”, ou “recurso” para subsidiar esse processo. Por que a cultura que sempre foi usada como estratégia de resistência simbólica, atualmente está sendo usada também para sobrevivência material das pessoas.

Cultura quilombola enquanto recurso, uma estratégia para reeinscrição social....

Na contemporaneidade, a cultura, na perspectiva de Yúdice (2004) tem ganhado outros *corpos* de sentidos e abrangência, ela está sendo evocada como recurso para resolver questões diversas da esfera política e da economia. Nesse caso o sentido convencional de cultura, defendido principalmente pela antropologia em uma perspectiva transcendental (subjatividade, espiritual e elevação moral) esvazia-se. O autor defende que assim, como outras questões, a cultura assume característica inerente ao processo de globalização, acelerando-se em enquanto recurso. Ela alcançou um protagonismo jamais visto na modernidade, tornando-se presença garantida em qualquer documento que desrespeito ao desenvolvimento das comunidades e nações.

Esse fenômeno emerge no contexto neoliberal, no qual o Estado se isenta da responsabilidade deixando de investir em áreas essenciais (cultura, educação, saúde, geração de emprego e programas sociais) para população, especialmente as mais vulneráveis. Ao mesmo tempo que o contexto neoliberal transforma o Estado em “mínimo” as organizações sociais na tentativa de atender demandas oriundas de déficit governamental se expandem construindo relações multilaterais de financiamento, principalmente na área cultura. Nesse sentido a cultura se estabelece como um forte

aliada na promoção da justiça e cidadania porque lideranças sociais mostraram-se capazes de desenvolverem ações de forma crítica e objetiva transformando a cultura em instrumento ou/e “recurso”. Assim Yúdice define Cultura:

A minha idéia agora é que a cultura seja um recurso. E quando você pensa que a cultura é recurso, o único jogo que existe é o do gerenciamento, da gestão dos recursos. É como na ecologia. Eu poderia continuar com a idéia de arte para transcendência, uma arte para fins não instrumentais, mas mesmo assim a arte vai continuar sendo usada [...] Então, queira eu ou não, a arte será sempre um recurso (YÚDICE, 2005 *apud* HOLLANDA⁷).

Os/as quilombolas sofrem duplamente os efeitos do racismo, por serem negros e por serem remanescentes de escravizados, essa situação reverbera nas suas vidas, afetando sua autoestima e dificultando o processo de reescritção social. Contudo a comunidade remanescente quilombola Sítio Santana, município de Lamarão, através da associação, tem atuado em diversas áreas para erradicar a intolerância racial, usando como estratégia a cultura do seu povo, ou seja, transformando a cultura em recurso para coerção social, Yúdice (2004). Exemplo disso foram os projetos de Ponto de Leitura (2011 e 2014) que trabalharam com livros evidenciando a diversidade étnica e a cultura local. Outro projeto importante foi *Formação Cultural* (2016) que atou no campo da valorização quilombola e fomento da cultura.

Os três projetos foram financiados pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia/ SECULT e possibilitaram abertura de diálogo entre a escola e as pessoas da comunidade, constituindo uma inflexão de pensamento no projeto político pedagógico da instituição marcando o papel importante frente a situações divergentes. Assim Yúdice (2015, p.17 *apud* COSTA, WORTMANN)⁸ reforça que “não existe educação sem que esta esteja inserida na cultura, a educação já é uma maneira de gestionar (e de gerir) cultura, mas seria interessante mostrar aos alunos como se organiza o conceito de capacidade para agir [...]”. Para além da formação, esses projetos culturais impulsionaram lideranças ou “gestores culturais” a incidirem nos processos

⁷ HOLLANDA, H. H. O. B. Diálogos. Conversas com Heloísa Buarque de Hollanda. Entrevista com George Yúdice. Revista Idiossincrasia, Portal Literal. 2005. Disponível em <http://portalliteral.terra.com.br/idiossincrasia>.

⁸ COSTA, Marisa Vorraber, Maria Lúcia Castagna WORTMANN. Diálogo. A cultura com recurso – desdobramentos dos Estudos Culturais. Entrevista com George Yúdice. Revistas eletrônicas. Portal de periódicos da PUCRS, 2015. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/> Acesso em 29/10/2017

sociopolíticos, a exemplo de “uma quilombola” que assumiu a Coordenação de Políticas da Igualdade Racial e Mulheres, cargo importante na prefeitura do município supracitado, ajudando na promoção de ações que promovem “desenvolvimento social dos sujeitos e das comunidades, melhorando a tolerância multicultural, e o acesso aos direitos culturais” (p.26). Nesse sentido o autor complementa dizendo:

[...] A verdadeira cultura é a criatividade humana. A questão é como dinamizar esta criatividade, viabilizar para ter uma série de resultados: fim do racismo, auto estima, emprego. E a cultura é o lugar onde mais aparece esta criatividade. Então, por natureza, a cultura serve para alavancar a criatividade[...] (YÚDICE, 2005 *apud* HOLLANDA).

O que legitima a cultura é a sua utilidade. E quando as instituições (associações, cooperativa, grupos de produção) passam a compreendê-la como alvo de investimento, a cultura tratada como qualquer outro recurso que deve trazer algum retorno que pode ser assessoria em elaboração de projetos, formação sociopolítica, transformação de atividades não comerciais em comerciais, a exemplo do samba de roda que recebe “incentivo financeiro” para apresentação fora da comunidade, ou artesanatos. O importante é que os resultados se instrumentalizem em “saúde, na educação, na formação de capital social ou no apoio e reforço da sociedade civil” (YÚDICE, 2004, p. 33) ou na redução de desemprego, situação complexa, mas que as associações comunitárias das comunidades têm se metamorfoseando para tentar resolver.

É o caso da associação comunitária de Lagoa dos Bois que trabalhando em “rede” com as outras onze comunidades de Nordestina captou financiamento, através do edital sociocultural da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia/ SDR, no valor aproximado de mais R\$ 300.000 para investir nos arranjos produtivos ⁹(atividade avicultura caipira) das famílias quilombolas. Apesar de aparentemente não ser a área cultural, foi ela o principal argumento usado para justificar os investimentos, já que os elementos e o modo de vida que os caracterizam estavam presentes no projeto. A “culturalização” sustenta toda ideia de organização das comunidades remanescentes quilombolas, desde a mobilização social, a rede de produção e comercialização dos produtos, formação sociopolítica e cultural. Para Yudice (2004, p. 40), citando Castells,

⁹ Segundo Vecchia (2006), o Arranjo Produtivo Local ou APL é utilizado por diversas áreas do conhecimento como objeto de estudo, visto seu potencial e adaptabilidade nos inúmeros mercados da economia mundial. Ganhou um destaque maior após os resultados práticos observados na micro e macroeconomia nacional a partir de 1990.

(2000) a culturalização, portanto, também é baseada na mobilização e no gerenciamento de populações, em especial das populações marginais que “realçam a vida” e que nutrem a inovação dos “criadores”.

A cultura enquanto recurso é perceptível na forma como as organizações ligadas a economia solidária da agricultura familiar culturaliza seus produtos, caso de Vilas unidas, comunidade quilombola do município de Biritinga, que tem uma associação comunitária e grupos de produção compostos de mulheres e comercializa seu produtos vendendo a ideia de representação da cultura quilombola. Mesmo a “economia cultural”, ou “economia criativa” expressão usada aqui no Brasil e no território do Sisal tem se “performativizado”, englobando não só os agentes autônomos ou organizações que trabalham com recursos oriundos de financiamento cultural, mas também outras ações e projetos de fontes financeiras diferentes, mas que atuam na frente cultural.

As comunidades incorporaram iniciativas de “economia criativa” como estratégias para gerar renda e amenizar o desemprego que gera o “êxodo rural”, que é recorrente, especialmente entre os jovens que na maioria das vezes não chegam a concluir nem o ensino médio. Yudice (2004, p.34) “diz que a economia criativa inclui uma agenda sociopolítica, inclusive o protagonismo do multiculturalismo”. Com isso quanto mais as organizações se apossam da ideia de gerenciamento da cultura, mas possibilidades das ações gerarem ônus sociais capazes de emancipar não só quem está gerindo, mas toda uma rede complexa de pessoas, ou seja, as ações das associações ou grupos de produção precisam repercutirem auto afirmando um devir comunitário de conquistas e cidadania. Corroborando com as ideias do autor, a SECULT (2007) conceitua a economia da cultura¹⁰ da seguinte forma:

Uma das áreas econômicas de maior desenvolvimento no mundo contemporâneo é a cultura. A economia da cultura é uma ação dinâmica, estratégica e criativa, tanto pelo ponto de vista econômico como sob o aspecto social. Norteada por ideias, conceitos e valorização da geração da propriedade intelectual, as atividades da economia da cultura geram trabalho, emprego, renda e são capazes de propiciar oportunidades de inclusão social, devido à sua atuação com a diversidade (SECULT, 2017).

¹⁰ BAHIA. Secretária de Cultura. Portal da Economia da Cultura. 2017. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56>> Acesso em: 29 nov. 2017

Segundo o Yúdice (2004) a perspectiva de “cultura virar recurso” tem sido considerada pelas maiores fundações internacionais e por estudos da cultura que atribuíram vários propósitos a arte e acultura, como promover a coesão social em questões divergentes e por ser um setor de trabalho, reduzir o desemprego. Assim a “economia da cultura” representa, em muitos casos, o empoderamento político e social das comunidades além de gerar renda. Dentro dessa perspectiva o artesanato talvez seja o mais “contemplativo” entre as comunidades remanescentes quilombolas do território do Sisal, pois nas dezoito há trabalhos com produtos artesanais, especialmente cerâmica de barro, chapéus, esteira da palha de licurí e com fibra do sisal. Apesar de ter alguns artesãos autônomos, a maior parte prefere se organizar em rede e associação porque é mais fácil para comercializa seus produtos.

Essas atividades são consideradas estratégicas pelos/as quilombolas/as porque além de serem uma renda alternativa valorizam a sua cultura, assim explica uma das lideranças integrantes da associação comunitária de artesãos de Sítio Santana que produz cerâmica de barro; “usar o barro mostrou as pessoas da comunidade a melhor forma de valorizar o lugar onde todos e todas vivem além de mobilizar o coletivo” (MOC 2014¹¹). A Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Governo Federal arregimenta o artesanato quilombola afirmando o valor cultural e simbólico do grupo¹².

O artesanato quilombola: é o resultado do trabalho produzido coletivamente por membros remanescente de quilombo, de acordo com a divisão do trabalho quilombola, no qual se identifica o valor de uso, a relação social e cultural da comunidade, sendo os produtos, em sua maioria, incorporado ao cotidiano da vida comunitária. O Selo Quilombola instituído pela Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (portaria 22º de 14 de abril de 2010) para certificar a origem de produtos feitos por integrantes de comunidades quilombolas, é sinal distintivo aplicável ao produto artesanal quilombola.

¹¹ Entrevista concedida ao Movimento de Organização Comunitária. 2014. Disponível em: <<http://www.moc.org.br/publicacao/experiencias/544/>> Acesso em 29/10/2017.

¹² LEI 13.180/2015

Dispõe sobre o conceito de artesão, os processos de produção artesanal, a classificação do produto artesanal de acordo com a origem e a finalidade, e aprova o Manual de Tipologias e Técnicas do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). 2017. Disponível em: <http://cnarts2.blogspot.com.br/p/base-conceitual.html> Acesso em 29/10/2017.

A redução ou/e ausência do estado, especialmente em áreas vulneráveis que necessitam das ações sociais, como as comunidades quilombolas que têm problemas crônicos oriundos de efeitos sócio histórico impulsionou a expansão do papel da cultura – cultura enquanto estratégia de resolução de questões, inclusive de racismo/genocídio. Nesse caso os projetos que têm pretensão de serem bem sucedidos precisam ter explicitamente a cultura como argumento de resolução desses problemas. Conforme afirma Yúdice (2004, p. 27), “hoje em dia é quase impossível encontrar declarações públicas que não arregimentem a instrumentalização da arte e da cultura, ora para melhorar as condições sociais [...]”, isso vai desde a Unesco, Estado (município, estado e união), Fundações Internacionais, Banco Mundial, Conglomerado de Empresas que financiam esses projetos.

A cultura que pensa em relação ao direito e à cidadania existe, em grande parte, pela ação desse setor. Dessa forma, tem dois usos: um que tem a ver com mercado, e outro que tem a ver com essas questões, que dizem respeito a fornecer aporte financeiro e mobilizar a cultura para resolver os problemas sociais (YÚDICE, 2015, p.19 *apud* COSTA, WORTMANN). Trocando em “miúdo” trago como exemplo a forma como o município de Conceição do Coité está se organizado para tentar sanar os casos de racismos e preconceitos contra os jovens da comunidade remanescente quilombola do Maracujá. Nesse caso, foram desenvolvidos programas e projetos culturais envolvendo escola, comunidade e outros agentes, a partir desses dois setores. Portanto a questão supracitada só reafirma a ideia de cultura virar recurso, ou melhor, que cultura é um recurso e que pode ser encarada como possibilidade real de mudança na vida das pessoas.

Yúdice (2004) explica que a discussão em torno da cultura como recurso ou estratégia para resolução de problemas, não deve ser encarada de forma pejorativa ou como uma redução dos modelos e normas estabelecidas na sociedade. “Desqualificação dessa natureza” explica o autor, “são muitas vezes fundamentadas na nostalgia ou reacionário pela reestruturação de pedestal para a cultura” (p. 46). Podemos encontrar essas estratégias em muitas e diferentes áreas da vida contemporânea – o uso da cultura para manter uma “hegemonia cultural burguesa e branca” ou “alta cultura” frequentada por classes financeiramente privilegiadas como os museus e parques estilo Disney, ou ainda a redefinição de propriedade intelectual como forma de cultura incitando o

acumulo do capital na informática, nas comunicações, nos produtos farmacêuticos, no entretenimento e assim por diante.

Por isso segundo autor, desmerecer a política de identidade por fazer uso da cultura para auto afirmar determinado grupo étnico, especialmente os negros e quilombolas é cinismo, já que a conveniência da cultura é uma característica obvia da contemporaneidade. Nesse sentido percebe-se certa semelhança entre as ideias de Yúdice (2004) e William (1958) no que se refere a “centralidade” da cultura. Enquanto Yúdice pontua que a cultura como recurso pode ser acessado por todos, Williams defende a cultura comum, partilhado por todas as pessoas na vida ordinária, ou seja, os dois teóricos defendem que ela não pode ser restrita a uma elite.

O uso da cultura enquanto recurso coloca as organizações sociais e lideranças quilombolas em “encruzilhada” constantes no que diz respeito a sua autonomia, porque usar financiamento do estado por exemplo, é atrelar seus nomes ao mesmo estado que legitima o racismo, que não demarca as terras quilombolas e massifica uma cultura hegemônica distante da diversidade étnico e cultural existente. Se, por um lado, Yúdice considera inevitável o uso da cultura como um recurso, por outro, ele vê como forma de engendramento por estes usos o qual ele chama de performatividade: “a conveniência da cultura sustenta a performatividade como lógica fundamental da vida social hoje” (YÚDICE, 2004, p. 50).

Esse conceito faz referência ao de Judith Butler¹³, presume que a reprodução de hierarquias sociais seja obtida pela repetição de normas e modelos performativas. Ao tentar moldar –se as normativas sociais, o sujeito deixa restar certa diferença entre sua ação e a norma performativa. E é essa diferença que possibilita o agenciamento de relações, onde os sujeitos podem dela tirar vantagem, como um meio de afirmação de identidade, jogando com modelos e normas. Na medida em que atua, portanto, nos modelos socialmente construídos, a *performance* tem sobre eles um efeito, seja de atualização, negociação ou mesmo resistência. Tomando como base a *performatividade* de Yudice é que essas organizações tem feito uso de elementos da sua “cultura” para se

¹³ Citação que Yúdice usa de Judith Butler (2004, p. 54) para falar da performatividade.

“Conferir caráter e conteúdo a uma lei que assegura os limites entre o “dentro” e o “fora” da inteligibilidade simbólica significa apropriar-se da análise social e histórica necessária para combinar numa “única” lei o efeito de uma convergência de muitas, e frustrar a possibilidade mesma de uma futura rearticulação dessa delimitação que é essencial ao projeto democrático que Zizek, Laclau e Mouffe promovem” (1993: 206-207).

firmar frente as normas fixas que por vezes tentam lhes colocar em caixinha e excluírem dos processos de decisões sociopolítica que afetam as suas vidas, ao mesmo tempo que tenta politizar os quilombolas para incidirem nos espaços de poder.

Se organizar em redes municipais, territorial e estadual foi a forma que as Comunidades remanescentes quilombolas do Sisal encontraram para se fortalecerem política e sociocultural. Caso das doze comunidades de Nordestina que criaram um Fórum permanente para discutir questões desde infraestrutura, educação, cultura para os quilombolas, assim como reivindicar da administração pública municipal seus direitos e melhoramento dos seus territórios. Nesse mesmo sentido, só que agregando as dezoito comunidades do território, foi que em 2015 emergiu o Grupo Territorial do Sisal de comunidades quilombolas e povos tradicionais com o objetivo de articular políticas públicas adequadas a elas. Contudo foi com a rede de assessoria e economia solidaria Arco Sertão que encontraram apoio maior tanto para captar recurso, devido a inserção com estado e Fundações internacionais, que a Instituição tem, quanto para enfrentamento político. Yúdice (2015, p. 17 *apud* COSTA, WORTMANN) explica “que essas figuras, esses grupos acharam uma maneira de praticar uma agência disseminada em redes, pois eles não trabalham sozinho [...] as outras pessoas poderão se emancipar, mas sim uma rede complexa que incidirá sobre todos, entre todos.

Considerações finais.

Desconstruir a ideia de que a cultura opera só no campo transcendentalista, permitiu as comunidades remanescentes quilombolas do Território do Sisal toma-la enquanto dispositivo para buscar empoderamento político e socioeconômico, além de valorizar suas identidades culturais. Para além disso a cultura quilombola é o elo fundante na busca de uma escola quilombola contextualizada que valorize as memórias, culturas e costumes das comunidades e seus povos.

Por fim, em um cenário em que os territórios quilombolas estão sendo violentamente desrespeitados e suas certificações caçadas, mais do nunca a consciência de que a articulação em rede com outras comunidades e entidades sociais é estratégica para se fortalecerem e se resguardarem na luta. As comunidades quilombolas do Sisal entenderam esse processo e estão se organizando internamente e com todas as outras possibilidade a nível territorial, estadual e nacional.

Referências Bibliográficas

ARRUTI, J. M. “A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas.” *Mana* Vol.3, n.2. Rio de Janeiro, 1997.

ALVES, Cândida Beatriz; FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 106-115. UNB, 2014.

BAHIA. Secretária de Cultura. **Portal da Economia da Cultura**. 2017. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56>> Acesso em: 29 nov. 2017.

BAHIA. Secretária do Planejamento. **Portal do Territórios de Identidade**. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>> Acesso em: 29 de nov. 2017.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Portal da Cidadania**. 2013. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dtlrn/clubs/territoriosrurais/doSisalba/one-community>> Acesso em: 29 nov. 2017.

COSTA, Marisa Vorraber, Maria Lúcia Castagna WORTMANN. Diálogo. A cultura com recurso – desdobramentos dos Estudos Culturais. Entrevista com George Yúdice. **Revistas eletrônicas**. Portal de periódicos da PUCRS, 2015. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/> Acesso em 29/08/2017.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista brasileira de educação**. Rio de Janeiro, 2003.

HALL, S. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HOLLANDA, H. H. O. B. Diálogos. Conversas com Heloísa Buarque de Hollanda. Entrevista com George Yúdice. **Revista Idiossincrasia**. Portal Literal. 2005. Disponível em <http://portalliteral.terra.com.br/idiossincrasia>. Acessado em 29/08/2017.

OLIVEIRA, Iris Verena Santos. **Ser quilombola no território do sisal**: experiência, formação e práticas curriculares no espaço escolar. Uneb /Campus XIV. 2016.

SKLIAR, C. “A educação que se pergunta pelos outros: e se o outro não estivesse aqui?” In: LOPES, A. MACEDO, E. (Org.) Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2010.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**. Usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1958.

VECCHIA, R. V. R. D. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional de local. In: **Revista Capital Científico**. v.4 n.1. ISSN: 1679-1991. Paraná, 2006. <http://cnarts2.blogspot.com.br/p/base-conceitual.html>. Acesso em